

Economia



BOLSA FAMÍLIA

STF determina reintegração de excluídos na pandemia

Governo descumpriu decisão do Supremo que proibia cortes no programa durante crise da Covid-19 globo.com/2RzQack

CONTAS PÚBLICAS

DÉFICIT MAIOR

Governo avalia mudar meta para ampliar gastos com saúde e reeditar MP 936

MANOEL VENTURA
manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O Ministério da Economia avalia propor ao Congresso uma alteração na meta de resultado das contas públicas deste ano para editar as medidas de combate à Covid-19, além de aumentar os gastos com o Ministério da Saúde. A mudança na meta fiscal pode ser uma alternativa à proposta de emenda à Constituição (PEC) para ampliar as despesas com a pandemia, que perdeu força no governo, embora ainda seja defendida por técnicos que veem no projeto uma forma de garantir mais segurança jurídica aos gastos extras contra a crise.

Entre as medidas que precisam ser lançadas com urgência estão a nova rodada do programa de manutenção do emprego, nos moldes da medida provisória (MP) 936, e empréstimos para pequenas empresas por meio do Pronampe.

A ideia da equipe econômica é financiar esses programas por meio de crédito extraordinário, que fica fora do teto de gastos — regra que limita o crescimento das despesas da União. Por outro lado, é preciso cumprir a meta de resultado das contas públicas. Neste ano, o governo está autorizado a um rombo de até R\$ 247 bilhões.

RISCO DE DEMISSÕES

O valor não é suficiente para acomodar os gastos necessários para fazer frente às despesas com a pandemia. Por isso, voltou à mesa da Economia a possibilidade de propor uma mudança na meta fiscal. O rombo seria ampliado para garantir a edição das medidas. O novo



Para salvar empregos. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, defendeu que o governo priorize a renovação da MP 936 e trate medida "com muito zelo"

número alvo ainda está sendo calculado pelos técnicos.

A nova edição da MP 936 e o Pronampe são considerados os programas mais urgentes. O governo avalia que, se essas medidas não forem editadas rapidamente, as empresas podem começar a demitir. Além de verba para os dois programas, será preciso gastar mais com saúde.

Ontem, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), defendeu que o Ministério da Economia priorize a renovação do progra-

ma que autoriza acordos de redução de salário e jornada e suspensão de contratos e disse que a medida precisa ser tratada "com muito zelo". O assunto foi discutido na reunião do comitê executivo de enfrentamento à pandemia.

— Tratamos de assuntos relativos ao Ministério da Economia, de temas importantes para o enfrentamento da pandemia, que é a salvação dos empregos no Brasil. Um novo programa de manutenção de empregos, a exemplo do que aconteceu

em 2020, garantindo a suspensão do contrato de trabalho e a contribuição do governo para a manutenção desses empregos — contou Pacheco, após o encontro.

Mais tarde, durante sessão do Senado, o parlamentar, que também é presidente do Congresso, anunciou que será votado na semana que vem outro projeto que viabiliza a renovação das medidas emergenciais: um texto que dispensa o governo de apresentar medidas de compensação para criar despesas,

desde que não sejam gastos obrigatórios permanentes.

O plano para mudar a meta começa a ser avaliado dias após circular internamente no governo uma PEC elaborada pela equipe econômica para flexibilizar regras fiscais e viabilizar programas emergenciais. Em uma versão, o texto previa até brechas para gastos com obras fora dos limites de gastos, o que fez com que a ideia fosse chamada de "fura-teto".

A interlocutores, o ministro da Economia, Paulo Gue-

des, rechaçou totalmente a possibilidade de "furar" o teto de gastos com a proposta. Nos planos de Guedes, as despesas fora do teto ficariam restritas aos programas econômicos para combater os efeitos da pandemia e aos recursos para saúde. Guedes ressaltou a auxiliares que lutou para deixar gastos como o Bolsa Família dentro do teto e que não faria sentido, agora, propor uma PEC para "furar" a regra fiscal com obras.

Mesmo com a mudança da meta fiscal no radar, auxiliares de Guedes defendem que, com a PEC, seria possível manter em 2021 dois Orçamentos: o tradicional, com gastos com Bolsa Família, obras e outras despesas ordinárias, e um "Orçamento de Guerra", reunindo as despesas com a pandemia, como em 2020.

MÍNIMO DE R\$ 1.147 EM 2022

Guedes rejeita a ideia de decretar Estado de Calamidade, como ocorreu no ano passado, por ver na medida um "cheque em branco" para gastos públicos. Além disso, não haveria contrapartidas para as despesas, porque os salários dos servidores públicos já estão congelados até o fim deste ano. O governo já pode gastar até R\$ 44 bilhões com o auxílio emergencial fora de todas as regras fiscais.

Enquanto o Orçamento de 2021 ainda está sendo discutido, o governo envia hoje ao Congresso o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022, que prevê as bases para o Orçamento do próximo ano. A equipe econômica deve propor um rombo nas contas públicas na casa de R\$ 170 bilhões, de acordo com fontes que participam das discussões.

Guedes pretende mostrar uma recuperação gradual das contas públicas, com a redução do déficit na comparação com este ano. O foco principal dele é conter o endividamento do governo, que se aproxima de 90% do PIB.

A LDO deve indicar ainda um reajuste do salário mínimo de R\$ 1.100 para R\$ 1.147 em janeiro de 2022. O valor seria corrigido tendo como base uma inflação medida pelo INPC de 4,3%, sem ganho real. (Colaborou Júlia Lindner)

Para técnicos da Câmara, Orçamento pode ser sancionado e corrigido depois

GERALDA DOCA
geralda@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Em novo parecer, a Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados afirma que o presidente Jair Bolsonaro pode sancionar a proposta aprovada pelo Congresso, apesar do descasamento com as despesas obrigatórias com a Previdência. O documento

conclui que há um rombo de R\$ 21,3 bilhões na previsão de gastos, mas afirma que a correção poderá ser feita ao longo do ano, durante a execução orçamentária, dentro do teto de gastos — regra que limita o crescimento das despesas da União à inflação.

Os consultores reforçaram o entendimento divulgado na semana passada, que diz

que o presidente não incorrerá em crime de responsabilidade fiscal no ato da sanção do Orçamento. De acordo com a tese, o Executivo tem instrumentos para fazer as correções necessárias posteriormente, como contingenciamentos, cancelamentos e recomposição de despesas.

A nova nota técnica será encaminhada ao presidente da

Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e ao líder do governo, deputado Ricardo Barros (PP-PR), e representa mais um capítulo na disputa entre o Congresso e o ministro da Economia, Paulo Guedes, em torno do Orçamento.

Os dois pareceres foram encomendados pelo deputado Cacá Leão (PP-BA). Um dos pontos de discórdia no Orça-

mento se refere ao cancelamento de despesas obrigatórias, sobretudo com benefícios previdenciários, para engordar as emendas parlamentares em R\$ 26,4 bilhões.

A equipe econômica defende o veto integral desses gastos extras, alegando que pode faltar dinheiro para Previdência. Os congressistas, por sua vez, não concordam e só aceitam

abrir mão de R\$ 10 bilhões.

De acordo com o projeto aprovado pelo Congresso, o orçamento da Previdência para 2021 ficou definido em R\$ 698 bilhões. No entanto, notas do Ministério da Economia apontam que o valor necessário ficará entre R\$ 706,8 bilhões e R\$ 709,3 bilhões, depois dos ajustes sobre o impacto do reajuste do salário mínimo. Para a consultoria, essa diferença poderá ser recomposta por veto na sanção ou soluciona posteriormentemente.

MUITAS IDEIAS E NENHUMA SAÍDA PARA O IMPASSE DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

Nova proposta de emenda à Constituição

O governo cogitou enviar ao Congresso uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para permitir que medidas de combate à pandemia fiquem fora do teto de gastos (que limita o crescimento das despesas da União). Gastos com obras também ficariam fora da regra fiscal, o que atenderia aos parlamentares. A ideia, porém, provocou um racha no governo.

Veto parcial ou total e PLN

Outra possibilidade é vetar parte das emendas parlamentares ou todas as alterações feitas pelo relator, senador Marcio Bittar (MDB-AC), para recompor os gastos obrigatórios. Para aumentar a previsão dessas despesas, será necessário enviar ao Congresso ainda um projeto de lei chamado tecnicamente de PLN.

Viagem do presidente para fora do país

Uma preocupação é o presidente Jair Bolsonaro ser acusado de crime de responsabilidade fiscal ao sancionar um Orçamento com previsão subestimada de despesas obrigatórias. Por isso, assessores do Planalto chegaram a aconselhar Bolsonaro e o vice Hamilton Mourão a viajarem ao exterior e deixarem o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sancionar o texto.

Consulta ao Tribunal de Contas da União

O governo também esperava uma posição do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o Orçamento aprovado. Mas ministros do TCU sinalizaram que não vão se envolver publicamente na confusão. Parlamentares também pressionaram o TCU a não dar uma decisão que pudesse influenciar a sanção ou o veto de Bolsonaro.